

# THE TRINITY REVIEW

Porque, andando na carne, não militamos segundo a carne. Porque as armas da nossa milícia não são carnis, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas; destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo; e estando prontos para vingar toda a desobediência, quando for cumprida a vossa obediência. (2 Coríntios 10:3-6)

Número 298 Copyright 2011 The Trinity Foundation Post Office Box 68, Unicoi, Tennessee 37692 Janeiro - Fev 2011  
Email: tjtrinityfound@aol.com Website: www.trinityfoundation.org Fone: 423.743.0199 Fax: 423.743.2005

## *Apologética Pressuposicional: Apresentada e Defendida* por Greg L. Bahnsen Revisado por W. Gary Crampton

No primeiro parágrafo do prefácio do livro de Greg Bahnsen, *Apologética Pressuposicional: Apresentada e Defendida*,<sup>1</sup> o editor, Joel McDurmon, escreve:

Dr. Greg L. Bahnsen (1948-1995), mais do que qualquer outra pessoa, fez talvez a promoção mais clara, fiel e vigorosa da apologética pressuposicional de Cornelius Van Til. Essa afirmação vale tanto para os escritos acadêmicos de Bahnsen como para as aplicações práticas dele em trocas de ideias e debates formais e informais. Os conhecedores da “revolução copernicana” de Van Til no método apologético cristão compreenderão a enormidade deste elogio a Greg Bahnsen. Aqueles não previamente introduzidos em Van Til ou Bahnsen compreenderão isso logo que iniciarem a leitura deste volume — pois o livro apresenta a declaração e defesa mais clara, sistemática e rigorosa da apologética pressuposicional vantiliana escrita até hoje (vii).

Em certo sentido o que é dito nesse parágrafo é verdadeiro; mas, em certo sentido, também é falso. Certamente o Dr. Greg Bahnsen era um verdadeiro erudito. Ele obteve um B.A. (*magna cum laude*, filosofia) da Faculdade Westmont. Recebeu seus graus de M.Div. e Th.M. do Seminário Teológico Westminster, faculdade onde Cornelius Van Til ensinou por mais de quarenta anos. Ele então obteve seu Ph.D. na Universidade do Sul da Califórnia, especializando-se no campo da epistemologia (“teoria do conhecimento”). Dr. Bahnsen lecionou por certo período de tempo no Seminário Teológico Reformado em Jackson, Mississipi, e

então, como ministro ordenado na Igreja Presbiteriana Ortodoxa, serviu como pastor a uma congregação na Califórnia. Mais tarde serviu como *Scholar-in-Residence* no Centro de Estudos Cristãos do Sul da Califórnia, em Irvine, Califórnia.

Greg Bahnsen, um erudito, autor e debatedor ilustre, escreveu e palestrou extensivamente sobre os assuntos da lei bíblica e da apologética. Ele fervorosamente buscava defender o cristianismo contra os sistemas mundanos tão prevalentes em nossos dias. Este revisor tem-se beneficiado dos trabalhos teológicos do Dr. Bahnsen — pela leitura de muitos dos seus livros e audição de inúmeros dos seus sermões e ensaios gravados. Assim também, Greg Bahnsen era um amigo, muito embora houvesse entre nós divergência sobre certas questões de metodologia apologética.

Mas, como observado, em certo sentido os comentários nesse parágrafo de abertura não são verdadeiros. Em seus empreendimentos teológicos, filosóficos e apologéticos, Dr. Bahnsen defendia o uso da lógica. Ele corretamente aderiu à necessidade de um cristianismo racional. Acreditava que uma defesa racional da fé era algo essencial para defender a fé. Por outro lado, seu mentor, Cornelius Van Til, não pensava assim. Não pretendemos com isso impugnar o caráter de Van Til, pois havia todo o indicativo de que se tratava de um homem devoto; um homem que desejava muito ver o avanço do reino de Deus na Terra.

Ao mesmo tempo, Dr. Van Til não relutava em falar depreciativamente da lógica; ele acreditava e ensinava que a lógica é uma parte da criação (em vez de intrínseca à essência de Deus) e se mantinha firmemente preso à ideia de um paradoxo lógico na totalidade da Palavra de Deus. Vários estudiosos demonstraram isso em suas análises de

<sup>1</sup> Greg L. Bahnsen, *Presuppositional Apologetics: Stated and Defended*, editado por Joel McDurmon (Powder Springs, Georgia: American Vision Press & Nacogdoches, Texas: Covenant Media Press, 2008). A paginação no corpo desta resenha é do livro.

Van Til.<sup>2</sup> É aqui que os Drs. Bahnsen e Van Til (cuja metodologia apologética estava longe de ser uma “revolução copernicana”) tomariam rumos diferentes em seus sistemas. Assim, quando o Dr. Bahnsen tenta construir uma apologética racional baseando-se nos fundamentos filosóficos de seu mentor, acha-se em terreno movediço. Em seu próprio sistema, Bahnsen claramente se desvia da perspectiva filosófica de Van Til.

Pouco antes de sua morte, Dr. Bahnsen havia concluído uma importante obra que tentava promover uma compreensão da metodologia apologética de Cornelius Van Til: *Apologética de Van Til: Leitura e Análise*.<sup>3</sup> De acordo com o editor Joel McDurmon, *Apologética Pressuposicional: Apresentada e Defendida* “exibe a contraparte sistemática da publicação anterior de Bahnsen” (viii). Esse volume, contudo, está incompleto. Dr. Bahnsen planejava uma terceira parte para o seu “*magnum opus*”, que, em virtude de sua morte prematura, ele não conseguiu finalizar. O plano, fazendo alguma edição do material, é publicar o que havia sido finalizado da parte 3.

Após o prefácio, *Apologética Pressuposicional* é subdividido em duas partes. A primeira é intitulada “Apologética Pressuposicional Positivamente Apresentada”. Esta parte é composta de três capítulos: capítulo um, “Introdução: Deus no Banco dos Réus?” (3-23); capítulo dois, “A Mente e o Método Cristãos” (25-75); e capítulo três, “A Renúncia da Neutralidade e Autonomia” (77-131). Podemos encontrar um trabalho excelente nesses capítulos, e o leitor seria beneficiado por uma leitura atenta dos mesmos. A segunda parte é intitulada “Consistência Aplicada: Críticas ao Pressuposicionalismo Incompleto”. Esta parte consiste de quatro capítulos: capítulo quatro, “Gordon Clark” (137-196); capítulo cinco, “Edward J. Carnell” (197-240); capítulo seis, “Francis Schaeffer” (241-260); e capítulo sete, “Conclusão da Parte 2: A Quintessência Crítica” (261-268). O autor começa a parte 2 declarando que a “defesa pressuposicional do cristianismo” apresentada por Cornelius Van Til é o pressuposicionalismo “mais consistentemente bíblico” encontrado na disciplina de apologética cristã. Há também vários outros sistemas de apologética pressuposicional ao lado do sistema apresentado por Van Til, cada qual tendo “contribuído à causa da apologética reformada”. Porém, diz Bahnsen, quem “tentou ler todas as principais publicações desses homens da forma mais favorável possível” descobriu que são “pontos de vista defei-

tuosos” (135-136). Como pode ser notado, os três sistemas “defeituosos” mencionados e criticados nesse livro são os de Clark, Carnell e Schaeffer.

*Apologética Pressuposicional* conclui com três apêndices: apêndice 1, “A Necessidade da Epistemologia Revelacional” (269-278); apêndice 2, “A Réplica do Pragmatista e a Alternativa Cristã” (279-286); e o apêndice 3, “A Possibilidade de Argumento” (287-290).

O restante da revisão se focará no capítulo quatro, onde o autor critica a metodologia apologética de Gordon Clark. No prefácio o editor gentilmente comenta que “é uma lástima que o maior expoente do pensamento do Dr. Clark, John Robbins, tenha falecido em agosto de 2008, não mais sendo possível interagir com esta crítica. Talvez fosse útil ouvir seus comentários” (xiii). O Sr. McDurmon está correto neste ponto em sua análise do Dr. Robbins, e este revisor não presume ter o mesmo conhecimento de Gordon Clark que tinha John Robbins. No entanto, será feita uma tentativa de mostrar como a metodologia apologética de Gordon Clark é bíblicamente sólida e que, quando se trata da apologética do Dr. Clark, o apologista vantiliano Dr. Bahnsen encontrou seu maior oponente.<sup>4</sup> Como apontou o Dr. Kenneth Talbot, as críticas que o autor faz contra a apologética de Gordon Clark são (basicamente) as mesmas registradas por Cornelius Van Til anos atrás. Eram, naquela vez, infundadas e continuam sendo infundadas.<sup>5</sup> (É possível que o Dr. Bahnsen tivesse tendência a ler Gordon Clark por lentes vantilianas)

Dr. Bahnsen começa o capítulo 4 citando vários “pontos de uma análise pressuposicional genuína e rigorosa de muitos escritos de Clark”. Em cada um há concordância entre Clark e Van Til, *i.e.*, onde “Clark reflete a tônica da posição de Van Til”. Dr. Clark, contudo, “nos desaponta quando levamos em conta o que ele diz em outro lugar”. Há “problemas em seus escritos apologéticos que maculam e tornam nulas essas declarações positivas. Uma auditoria dessas dificuldades nos leva a recuar de uma adoção da apologética de Clark” (137-142).

As duas primeiras “dificuldades” na metodologia apologética de Clark de que trata o Dr. Bahnsen, “Pontos de Partida e Certeza” (142-147) e “Possibilidade e Necessidade” (145-148), têm a ver com a suposta visão de

<sup>2</sup> Sobre este assunto, veja John W. Robbins, *Cornelius Van Til: The Myth and the Man* (The Trinity Foundation, 1986); Robert L. Reymond, *Preach the Word* (Rutherford House, 1988), 16-35; e Ronald H. Nash, *The Word of God and the Mind of Man* (Zondervan, 1982), 99-101.

<sup>3</sup> Greg L. Bahnsen, *Van Til's Apologetic: Readings and Analysis* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1998). Veja minha revisão deste livro em *The Trinity Review* (Julho de 2000).

<sup>4</sup> Muito da defesa de Gordon Clark nesta revisão vem de W. Gary Crampton, *The Scripturalism of Gordon H. Clark* (The Trinity Foundation, 1999; futura publicação em português da Editora Monergismo, N. do T.). Neste livro o leitor poderá obter mais *insights* sobre os ensinamentos de Gordon Clark.

<sup>5</sup> Kenneth G. Talbot, presidente do Seminário Teológico Whitefield (Lakeland, Flórida), trouxe essa informação a este revisor na ocasião de uma ligação telefônica sobre o teor do livro ora revisado. Os pensamentos do Dr. Talbot (quem primeiro introduziu este revisor nos escritos do Dr. Gordon H. Clark) foram muito úteis na redação desta revisão.

Clark sobre “possibilidade”. O autor mais adiante volta a esta “dificuldade” sob o título “O Probabilismo de Clark” (174-176). Bahnsen cita vários escritos do Dr. Clark onde este fala da “possibilidade” de a Bíblia ser a Palavra de Deus. A conclusão do autor é que Clark não está considerando a Palavra de Deus uma “certeza”, mas apenas uma “possibilidade”.

O interessante aqui é que o Dr. Bahnsen cita com aprovação Clark em declarações onde este nos diz como usa a palavra “possibilidade”. De acordo com o Dr. Clark, todas as “normas de possibilidade devem ser aceitas a partir do cientificismo naturalista, da intuição existencial ou da revelação bíblica com seu sobrenaturalismo miraculoso” (138). Assim também, o autor cita com aprovação a negação do Dr. Clark quanto a ser possível existir qualquer certeza à parte da revelação divina: “Só aceitando informação racionalmente compreensível... sobre a autoridade de Deus [a Bíblia] é que podemos esperar ter uma filosofia sólida e uma religião verdadeira... Uma vida racional é impossível se não está baseada em uma revelação divina [a Bíblia]”. “A Bíblia [é] a própria Palavra de Deus” (140). Ademais, Dr. Bahnsen afirma que o Dr. Clark negava existir qualquer coisa tal como neutralidade, quando se trata de cosmovisões: “A metodologia nunca é neutra” (139). Evidentemente, então, que qualquer coisa que o Dr. Clark possa estar dizendo ao se referir a “possibilidade” não pode significar que ele está negando ou questionando que a Bíblia é “certamente” a própria Palavra de Deus.

O fato é que o Dr. Clark não considerava a Bíblia apenas como “possivelmente” a Palavra de Deus; ele estava convencido de que ela é a Palavra inspirada, infalível e inerrante de Deus para o homem. Até onde o presente escritor pode entender, as passagens citadas por Bahnsen são aquelas usadas por Dr. Clark no sentido de que ele está dizendo nada mais do que já foi citado, *i.e.*, que “todas as normas de possibilidade” vêm de axiomas que são “necessários” a qualquer cosmovisão, cristã ou não cristã ou (como Clark gostava de fazer no meio filosófico onde trabalhava <sup>6</sup>) está usando essa linguagem na forma de argumentos *ad hominem*. É inquestionável, como o Dr. Bahnsen tem (ao menos implicitamente) apontado, que a metodologia apologética do Dr. Clark pressupunha a primazia das Escrituras em fornecer a base para todas as provas. De acordo com Clark, a Bíblia tem um monopólio

sistemático da verdade. Ela é autocomprobatória e autoautenticável. Ela julga todos os livros e ideias e não pode ser julgada por nenhuma pessoa ou coisa.

Dr. Clark também acreditava que devemos seguir o princípio apologético ensinado em *Provérbios* 26.4-5: “Não responda ao insensato com igual insensatez, do contrário você se igualará a ele. Responda ao insensato como a sua insensatez merece, do contrário ele pensará que é mesmo um sábio”.<sup>7</sup> O apologista cristão não deve responder a um incrédulo com base em seu ponto de partida, pois senão ele seria como o incrédulo. Ao contrário, ele deve permanecer sobre a verdade da revelação bíblica e argumentar a partir das Escrituras como seu ponto de partida axiomático. Ao mesmo tempo, o apologista cristão pode usar argumentos, como as “evidências” teológicas, para refutar o contradizente. Aqui o apologista argumenta de forma *ad hominem* para revelar a loucura dos sistemas não cristãos. Permanecendo sobre a revelação infalível de Deus, o apologista cristão pode e deve usar as evidências apagógicamente, “para responder ao insensato como a sua insensatez merece”. O plano neste tipo de argumentação é criticar internamente a cosmovisão do incrédulo, revelando suas inconsistências.

Segundo Dr. Clark, essa metodologia apagógica, consistindo em uma série de *reductiones ad absurdum*, é o principal método disponível a um apologista bíblico. A razão é que, muito embora haja um terreno metafísico comum entre crentes e incrédulos, em que ambos são criados à imagem de Deus, não há nenhum terreno epistemológico comum. Isto é, não há proposições teóricas em comum, quaisquer “noções” comuns entre o cristianismo e as filosofias não cristãs. Os argumentos *ad hominem* apagógicos devem ser usados contra o incrédulo, um transgressor pactual que já traz consigo a ideia inata de Deus, contra quem está se rebelando. Os argumentos devem ser usados de uma forma que procurem torná-lo epistemologicamente autoconsciente (e assim consciente de Deus) de sua rebelião por transgressão de pacto.

Após demonstrar a incoerência interna das visões não cristãs, o apologista cristão argumentará pela verdade e consistência lógica das Escrituras e da cosmovisão cristã nela revelada. Mostrará como o cristianismo é autoconsistente, como ele nos dá um entendimento coerente do mundo. O cristianismo responde perguntas e resolve problemas que outras cosmovisões não podem. Esse método não deve ser considerado uma prova para a existência de Deus ou prova da verdade das Escrituras, mas uma prova de que a visão não cristã é falsa. Ele mostra que a inteligibilidade somente pode ser mantida ao examinarmos todas as coisas como sendo dependentes do Deus das

<sup>6</sup> Kenneth Talbot salientou que nosso entendimento do modo como Gordon Clark abordava assuntos em seus escritos tinha a ver com o *sitz im leben* [“cenário de vida”] onde ele se achava. Dr. Clark viveu e ensinou em ambiente acadêmico por praticamente toda a sua vida adulta. Dito isso, seus escritos refletem amiúde a dinâmica de sofismas filosóficos. Portanto, seria um equívoco ver o seu sofisma como “fraqueza”, acerca de seu compromisso teológico com a Palavra de Deus inspirada, inerrante, infalível e autoritativa.

<sup>7</sup> Todas as citações bíblicas nesta revisão foram extraídas da *Nova Versão Internacional*, salvo indicação em contrário. [N. do T.]

Escrituras, que é a própria verdade. Esta que é a abordagem “pressuposicional” correta para a apologetica.

Dr. Clark usa o “argumento a partir da natureza da verdade” de Agostinho para revelar a consistência sistemática do cristianismo. A verdade, argumentava Clark, deve existir. Ou seja, o ceticismo é falso. Até mesmo negar a existência da verdade (isto é, dizer que é “verdade” que não existe verdade) é afirmar que a verdade existe e deve existir. Além disso, não é possível a verdade ser mutável. O que muda, por definição, não pode ser verdadeiro. Negar a eternidade da verdade (isto é, dizer que é “verdade” que a verdade não é eterna, ou que um dia acabará) confirma sua natureza eterna. E como a verdade só pode existir na forma de proposições, ela deve ser mental (isto é, sendo proposicional, só pode existir na mente). Mas, considerando que a mente do homem não é eterna e imutável, deve existir uma mente superior à mente do homem que é eterna e imutável: a mente de Deus. Como afirmam as Escrituras e confirma a *Confissão de Fé de Westminster* (1:4),<sup>8</sup> Deus é “a própria verdade”. Logo, se um homem sabe alguma verdade, também sabe algo de Deus, pois Deus o revelou a ele.

Segundo o Dr. Clark, então, a defesa da fé cristã envolve duas etapas básicas. Em primeiro lugar o apologista cristão deve mostrar ao incrédulo que os axiomas dos sistemas seculares resultam em autocontradição. Em segundo, o apologista deve enfatizar a consistência interna do sistema cristão. Quando esses dois pontos tiverem sido esclarecidos, o cristão instará o incrédulo a repudiar os axiomas do secularismo e aceitar a revelação de Deus. Esta abordagem não mina a pressuposição da revelação bíblica como fundacional tanto para uma cosmovisão cristã em geral como para a apologetica em particular. Ao contrário, ela argumenta (*ad hominem*) a partir do ponto de vista do incrédulo para mostrar-lhe a futilidade de sua cosmovisão e também mostrar-lhe a cosmovisão consistente apresentada no sistema cristão. Entretanto, a abordagem “Vinde, pois, e arrazoemos” (*Isaías* 1.18, ARA) do Dr. Clark não tem a simpatia de Greg Bahnsen, que prefere um método de “criticismo dogmático” mais rígido (como será perceptível abaixo).

É digno de nota que no apêndice 1 desse livro (269-278) o próprio autor defende a “necessidade da epistemologia revelacional” sem começar com as Escrituras. Agora, se ele está usando essa tática de forma *ad hominem*, ela é tanto aceitável como adequada dentro de uma abordagem pressuposicional de apologetica. Mas se ele está argumentando “pela” verdade da “necessidade da epistemologia

revelacional”, então violou sua própria abordagem pressuposicional, que é justamente aquilo que acusou no Dr. Clark. Dr. Bahnsen também aderiu ao método apagógico aprovado por Clark. Bahnsen escreveu: “o apologista cristão deve tentar desnudar o caráter dessas pressuposições sobre as quais o não cristão opera ao argumentar contra a fé [cristã], demonstrando sua qualidade autoviciante e, por sua vez, mostrar as crenças [revelacionais] suprimidas que tornam o conhecimento e o raciocínio formal do incrédulo possíveis”, *i.e.*, o sistema de verdade ensinado na Bíblia (289-290). Aqui a apologetica do Dr. Bahnsen não difere substancialmente da de Gordon Clark, e nenhum dos dois acredita que a Bíblia é apenas “possivelmente” a Palavra de Deus.

O próximo grupo de “dificuldades” que o autor encontra na apologetica clarkiana tem a ver com “A Prioridade da Lógica e o Teste da Palavra de Deus” (149-159), “A Consistência Lógica como um Critério Fundamental” (159-162), “Dificuldades com a Confiança na Coerência Lógica” (162-174) e “O Probabilismo de Clark” (174-176). Todas têm como preocupação fundamental que o Dr. Clark estaria colocando a lógica como seu axioma ou ponto de partida acima das Escrituras. Evidentemente, isso de fato seria colocar “Deus no banco dos réus”. Se tal fosse o caso, seria um erro grave da parte de Gordon Clark. O fato, porém, é que ele não faz isso. Por causa da frequência que encontramos ataques organizados contra o Dr. Clark em sua visão da lógica, faremos um breve panorama de seu ensino sobre esse assunto. Segundo Gordon Clark, a visão bíblica da lógica é a seguinte.<sup>9</sup>

A Bíblia ensina que Deus é um Deus de conhecimento (1 *Samuel* 2.3; *Romanos* 16.27). Sendo eternamente onisciente (*Salmos* 139.1-6), Deus não apenas é a fonte de seu próprio conhecimento, como também a fonte e o determinador de toda verdade. O que é verdade é verdade porque Deus assim o pensa. Como ensina a *Confissão de Fé de Westminster* (1:4), Deus “é a própria verdade”. E como o que não é racional não pode ser verdadeiro (1 *Timóteo* 6.20), segue-se que Deus deve ser racional. As leis da lógica são a maneira de Deus pensar.

É o que a Bíblia ensina. Deus não é autor de confusão (1 *Coríntios* 14.33, ACF). Ele é um ser racional, o “SENHOR Deus da verdade” (*Salmos* 31.5). A Bíblia fala tanto de Deus como o Deus da lógica que em *João* 1.1 (ACF) Jesus Cristo é chamado de “Lógica” [Palavra, Verbo] de Deus: “No princípio era o *Logos*, e o *Logos* estava com Deus, e o *Logos* era Deus” (a palavra “lógica” em português deriva do grego *Logos*, usado neste versículo). *João* 1.1 enfatiza a racionalidade de Deus o Filho. A lógica é tão eterna quanto o próprio Deus porque “o *Logos* é Deus”. Cristo, diz-nos a Bíblia, é assim a lógica (*Logos*) de Deus (*João* 1.1); Ele é a

<sup>8</sup> Todas as referências aos Padrões de Westminster, compostos da *Confissão de Fé de Westminster* e dos *Catecismos Maior e Menor*, encontradas nesta revisão são da *Westminster Confession of Faith* (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1994). A língua original foi modernizada. [A tradução das referências é livre, N. do T.]

<sup>9</sup> Grande parte deste segmento da revisão vem de Gordon H. Clark, “God and Logic,” *The Trinity Review* (Nov/Dez 1980).

Razão, Sabedoria e Verdade encarnadas (1 *Coríntios* 1.24, 30; *Colossenses* 2.3; *João* 14.6). As leis da lógica não foram criadas por Deus ou pelo homem; são a maneira de Deus pensar. E, visto que as Escrituras são parte da mente de Deus (1 *Coríntios* 2.16), elas são pensamentos lógicos de Deus. A Bíblia expressa a mente de Deus de uma forma logicamente coerente para a humanidade. Portanto, Deus e a lógica não podem ser separados porque a lógica é a característica do pensamento de Deus. Gordon Clark ensinava que, nesse sentido, Deus e a lógica são uma coisa só e o mesmo princípio primeiro, pois João escreveu que a Lógica era Deus.

Isso nos dará uma maior compreensão do relacionamento da lógica com as Escrituras. Como a lógica é uma característica de Deus, e como as Escrituras são parte da “mente de Cristo” (1 *Coríntios* 2.16), segue-se que as Escrituras devem ser lógicas. O que é dito nas Escrituras é pensamento infalível e inerrante de Deus. Elas expressam a mente de Deus, pois Deus e sua Palavra são uma coisa só. Logo, como ensina a *Confissão de Fé de Westminster* (1:5), a Bíblia é um livro logicamente consistente: há “harmonia de todas as suas partes”. É por isso que Paulo podia “arraoar” com as pessoas “com base nas Escrituras” (*Atos* 17.2). Como o teísmo cristão sustenta que Deus é a própria verdade (*Salmos* 31.5; *João* 14.6; 1 *João* 5.6), a verdade é lógica. Neste sentido, a lógica pode ser vista como um teste negativo para a verdade; isto é, se algo é contraditório, não pode ser verdadeiro (1 *Timóteo* 6.20).

Além disso, a lógica está integrada nas Escrituras. O primeiro versículo da Bíblia, “No princípio Deus criou o céu e a terra”, requer a validade da lei mais fundamental da lógica: a lei da contradição (A não é não-A). *Gênesis* 1.1 ensina que Deus é o Criador de todas as coisas. E, também, que Deus criou “no princípio”. O versículo, portanto, não ensina que Deus não é o Criador de todas as coisas nem sustenta que Deus criou todas as coisas 100 ou 1000 anos após o princípio. Este versículo assume que as palavras “Deus”, “criou”, “princípio” e assim por diante têm significados definidos. Também assume que elas não significam certas coisas. Para o discurso ser inteligível, as palavras precisam ter significados unívocos. O que torna as palavras significativas, e a revelação e comunicação possíveis, é que cada palavra está em conformidade com a lei da contradição.

Essa lei, a mais fundamental das leis da lógica, não pode ser provada. A razão é que qualquer tentativa de provar a lei da contradição estaria pressupondo a veracidade da lei e, portanto, incorrendo em petição de princípio. Simplificando, não é possível raciocinar sem usar a lei da contradição. Nesse sentido, as leis da lógica são axiomáticas. Mas apenas são axiomáticas porque estão fixadas ou integradas na Palavra de Deus.

Também fixadas nas Escrituras estão outras duas leis da lógica: a lei da identidade (A é A) e a lei do terceiro excluído (A é ou B ou não-B). A primeira é ensinada em *Êxodo* 3.14, em nome do próprio Deus: “EU SOU O QUE SOU”. A última é encontrada, por exemplo, nas palavras de Cristo: “Aquele que não está comigo é contra mim” (*Lucas* 11.23).

Como a lógica está integrada nas Escrituras, as Escrituras, em vez da lógica como princípio abstrato, são escolhidas como o ponto de partida axiomático da epistemologia cristã. Assim também, não fazemos de Deus o axioma, pois todo o nosso conhecimento de Deus vem das Escrituras. “Deus” como axioma, sem as Escrituras, é apenas um nome. As Escrituras, sendo o axioma, definem Deus. É por isso que a *Confissão de Fé de Westminster* começa com a doutrina das Escrituras no capítulo 1. Os capítulos 2-5, sobre a doutrina de Deus, seguem adiante. Clark concordaria, assim, com Bahnsen que “Cristo [é] o único fundamento para o raciocínio” (18), e o faria porque a Bíblia nos diz que Cristo é o *Logos*, a Lógica encarnada, “[em quem] estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento” (*Colossenses* 2.3).

Por acreditar que Clark estaria pressupondo a lógica antes de sua pressuposição das Escrituras como a Palavra de Deus, Dr. Bahnsen afirma que Clark não era de fato um pressuposicionalista bíblico (149). Isso é muito revelador. A razão é que Bahnsen, por sua própria admissão, afirma que seu mentor, Cornelius Van Til, acreditava existir provas para a Palavra de Deus e o Deus da Palavra. Isso evidentemente significaria que o próprio Van Til não era pressuposicionalista. Em seu volume anterior, *Van Til's Apologetic: Readings and Analysis* [Apologetica de Van Til: Leitura e Análise], Dr. Bahnsen aprobativamente cita seu mentor como ensinando que há provas para a existência de Deus. Nas palavras de Van Til: “Não rejeito as ‘provas teístas’, mas apenas insisto em formulá-las de forma a não comprometer as doutrinas das Escrituras... Há uma teologia natural que é legítima” (613); e “Quando as provas são assim formuladas [*i.e.*, sobre uma base cristã], elas têm força probatória absoluta” (615). Isso vale para a “prova ontológica”, “prova cosmológica” e “prova teleológica” (621). Resumindo a posição de seu professor, Bahnsen afirma: “Van Til não descartava provas teístas de maneira generalizada e indiscriminada. Ele enfaticamente afirmava que o argumento para a existência de Deus, quando devidamente construído, é de fato objetivamente válido” (622). No mesmo volume Dr. Bahnsen critica abertamente o Dr. Clark, que nega totalmente a validade das provas teístas (671). Dr. Clark, afirma Bahnsen, é um “dogmático” que acreditava que a Bíblia deve ser o nosso ponto de partida axiomático “indemonstrável”; ao passo que, diz Bahnsen (com aprovação), Van Til “recuou” dessa noção (671). Aparentemente há contradições envolvidas neste ponto. O autor critica Dr. Clark por este asseverar que a Bíblia apenas “possivelmente” é a Palavra de Deus, e também afirma

que Clark não é pressuposicionalista porque põe a lógica à frente das Escrituras como seu axioma. E então, ao mesmo tempo, o autor afirma que Clark é um “dogmático” que acredita que a Bíblia é o ponto de partida axiomático da cosmovisão cristã. Essas contradições, ao que parece, anulam completamente as críticas do Dr. Bahnsen. Ele não pode comer seu bolo e também continuar com ele.

Considerando a natureza das questões acima abordadas, parece que nem Van Til nem Bahnsen são pressuposicionalistas consistentes em sua metodologia apologética. É digno de nota que John Frame, ele próprio um apologista vantiliano, acredita que “há menor distância entre a apologética de Van Til e a apologética tradicional do que a maioria dos partidários de ambos os lados (incluindo o próprio Van Til) tem estado disposta a reconhecer”. “O termo ‘pressuposicional’, [portanto]... não é uma descrição adequada da posição de Van Til”. Ao mesmo tempo, o professor Frame indica que o uso do termo “pressuposicional”, quando considerado num contexto apologético, reflete melhor o método de Clark do que o de Van Til.<sup>10</sup> “Ao contrário da maioria dos apologistas”, escreveu Frame, “ele [Clark] tem um apreço pela necessidade de se pressupor a Palavra de Deus em todo pensamento”.<sup>11</sup> Dr. Frame está correto em suas afirmações. Quando se trata das “dificuldades com a confiança na coerência lógica” (162-174), Dr. Bahnsen argumenta que, só porque um sistema é logicamente coerente, isso não o faz verdadeiro. Ele está precisamente correto aqui. Clark (que ensinou o assunto da lógica por décadas no nível superior) concordaria plenamente. A ênfase da posição do Dr. Clark na coerência lógica dos ensinamentos das Escrituras, como vimos, está bem de acordo com a teologia reformada ensinada pela *Confissão de Fé de Westminster* (1:5), que corretamente afirma que, quanto às Escrituras, há uma “harmonia de todas as suas partes”. Este é o ponto de Clark. Se um sistema se contradiz, não pode ser verdadeiro (1 *Timóteo* 6.20); mas só porque não há contradição, isso não nos assegura por si só que tal sistema é verdadeiro.

Na visão clarkiana, a lógica funciona como um teste negativo para a verdade. Ela é uma ferramenta apologética que mostra de que modo uma contradição num sistema (todos os sistemas incrédulos possuem alguma) contesta ele como sistema válido. Coerência lógica é uma forma muito válida de se fazer prova textual de um sistema para sua validade ou invalidade. O fato de que a Bíblia é logicamente consistente não prova que ela é verdadeira, mas certamente mostra ao incrédulo que a cosmovisão cristã se baseia num sistema de verdade que é logicamente coerente. A declara-

ção de Gordon Clark, que “a teoria coerentista [da verdade]<sup>12</sup> não pode ser aplicada com satisfação definitiva, a menos que a pessoa seja onisciente” (173), também incomodava Dr. Bahnsen. Mas o Dr. Clark não está afirmando que, como os seres humanos não são oniscientes, eles não podem sequer usar o teste de coerência em um sistema de cosmovisão. O que ele está afirmando é que a coerência po-de ser verificada até por homens caídos, muito embora eles cometam erros. Mas o teste de coerência final deve ser deixado nas mãos do Deus onisciente da Escritura Sagrada. É por isso que devemos sempre depender da Palavra do Deus que tudo sabe, que nos assegura que sua Palavra é perfeita-mente coerente e é aquele padrão de verdade pelo qual todas as coisas devem ser julgadas.

Dr. Bahnsen acredita que as disciplinas de epistemologia (a “teoria do conhecimento”) e metafísica (a “teoria da realidade última”) devem ser tomadas em conjunto, como os princípios primeiros da cosmovisão cristã (77-84). Ele defende que “epistemologia e metafísica [são] interdependentes” (84). Portanto o autor tem uma “dificuldade” com a visão de Dr. Clark, que a epistemologia deve logicamente preceder a metafísica como o princípio primeiro. Mas quando se trata de sua crítica a Clark, por sua “abstração da epistemologia a partir da metafísica” (157), o autor parece um tanto confuso. Clark não separa ou “abstrai” a epistemologia da metafísica como alegado por Bahnsen; antes, faz uma distinção entre ambas. Clark não discordaria de Bahnsen que esses dois princípios da filosofia são “interdependentes”, pois necessariamente o são. Na visão clarkiana, contudo, epistemologia deve logicamente preceder metafísica porque é patentemente óbvio que até que se demonstre “como” alguém sabe, não é possível saber “o que” se sabe. Este ponto não pode ser excessivamente enfatizado. Clark afirma que não é suficiente defender “isso” que sabemos sem primeiro averiguar “como” sabemos. Só então podemos determinar “o que” sabemos. O próprio Bahnsen reconhece isso implicitamente ao escrever que o “compromisso metafísico final” do cristão com o Deus triunfo da Escritura Sagrada é “derivado da clara revelação de Deus” na Bíblia. Devemos sempre começar, escreve ele, “com a Palavra de Deus como a verdade mais certa disponível ao homem” porque “nunca chegaríamos à verdade sobre Deus [metafísica] independentemente da revelação [bíblica]” (282, 284). O autor está confirmando aqui a posição do Dr. Clark. Os dois elementos, epistemologia e metafísica, jamais devem ser separados, mas sempre distinguidos. Novamente, é por isso que a *Confissão de Fé de Westminster* começa com “Capítulo 1: Da Escritura Sagrada”. A doutrina de Deus (capítulos 2-5) vem depois do estudo da epistemologia, o que demonstra que “como” sabemos precede “o que” sabemos. A visão de Clark sobre esse ponto

<sup>10</sup> John M. Frame, *Apologetics For the Glory of God* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1994), 85, 12-13. [Esta obra encontra-se publicada em português: *Apologética Para a Glória de Deus*, Editora Cultura Cristã, 2011. N. do T.]

<sup>11</sup> John M. Frame, “John Frame’s Lecture Notes” sobre Gordon H. Clark ([www.vantil.info](http://www.vantil.info)).

<sup>12</sup> Segundo a “teoria coerentista da verdade”, o que é “verdade” consistirá necessariamente de um sistema coerente de ideias.

está de acordo com os teólogos de Westminster, ao passo que a de Dr. Bahnsen não.

Dr. Bahnsen chega à última “dificuldade” no sistema apologeticamente de Clark em “Críticas-chave da Apologética de Clark” (176-196). A primeira crítica-chave é o “Racionalismo de Clark” (176-183). Aqui o autor critica a visão racionalista do Dr. Clark da “primazia do intelecto” (curiosamente, a “primazia do intelecto” também era a visão de Aurélio Agostinho, João Calvino, Jonathan Edwards e J. Gresham Machen) e defende que Clark tinha aderido a uma forma da crença hegeliana que “o racional é o real e o real é o racional” (177). Isso é lamentável. Dr. Bahnsen era um erudito muito refinado para fazer uma alegação absurda como essa. Como mencionado acima, Dr. Clark (corretamente) acreditava que se uma proposição, cosmovisão ou sistema de doutrina fosse irracional, não poderia ser verdadeiro, mas não afirmou que se algo fosse racional, seria necessariamente verdadeiro. Na visão clarkiana a lógica funciona como um teste negativo para a verdade, mas jamais funciona como o único teste para a verdade. Somente a Bíblia é o teste absoluto para a verdade. Mas Dr. Clark diria que, ao avaliar um sistema, para expô-lo como um sistema falso é necessário apenas mostrar que ele se contradiz. É este o propósito de um teste negativo para a verdade, pela lógica, de todas as “reivindicações de verdade”. Como a verdade não pode se contradizer, a contradição é a prova da falsidade intrínseca de um sistema.

Dr. Bahnsen descobre “a manifestação mais incrível do racionalismo presunçoso de Clark... [na] sua identificação de Deus com a lógica. Dr. Clark defendia que as palavras de abertura do *Evangelho de João* poderiam ser devidamente traduzidas como “No princípio era a Lógica, a Lógica estava com Deus, e era Deus... Na Lógica estava a vida” (179).<sup>13</sup> De fato, esta era a visão clarkiana, e com razão. A palavra em português “lógica” vem do grego *logos*, que é a palavra encontrada em *João* 1. Assim, quando Dr. Bahnsen critica Clark sobre esse ponto, está equivocado. Contrariamente ao que afirma o autor, Clark reconhecia plenamente que “a noção que João tinha do *Logos* era anti-tética ao *Logos* especulativo dos gregos” (180). Sua epistemologia, junto com a de Agostinho antes dele, tinha suas raízes na doutrina do *Logos*. De acordo com João, Jesus Cristo é o *Logos* cosmológico (*João* 1.1-3), *Logos* epistemológico (1.9, 14) e *Logos* soteriológico (1.4, 12-13; 14.6). É o Criador do mundo, a fonte de todo o conhecimento humano e o doador da salvação. Quanto ao *Logos* epistemológico, que é o foco do presente estudo, Cristo é a “verdadeira luz, que ilumina todos os homens” (1.9). À parte do *Logos*, o “mestre interior”, o conhecimento não seria possível. E embora Dr. Bahnsen esteja correto em sua afirmação que a “lógica é uma ciência em desenvolvimento”

(182) e não podemos depender dela totalmente, ele deixa de mencionar que as três leis fundamentais da lógica — a lei da contradição, a lei da identidade e a lei do terceiro excluído (mencionadas acima) — não estão “em desenvolvimento”, mas (como observado) enraizadas na própria Bíblia. Lógica é a maneira como Deus pensa. Aqui, as críticas de Dr. Bahnsen a Clark são antibíblicas e, portanto, injustificáveis.

A segunda crítica-chave tem a ver com “Dificuldades Doutrinárias” (184-188). Uma das questões abordadas nesta seção é a controvérsia teológica existente nos idos de 1944-1948 na Igreja Presbiteriana Ortodoxa, onde foi movida uma queixa contra Dr. Clark por suas visões sobre a incompreensibilidade de Deus. Ele assumira a posição que a diferença primária entre o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem é “quantitativa” em vez de “qualitativa”. Os queixosos entendiam que o conhecimento de Deus deveria ser tanto qualitativa como quantitativamente diferente do conhecimento do homem. É onde estava a divergência.

Dr. Clark acreditava que o homem pode “conhecer” a verdade. Ele foi rápido em apontar, no entanto, que não deve ser inferido disso que o homem pode ter conhecimento exaustivo. Somente Deus é onisciente. Todo o seu conhecimento é intuitivo, ao passo que o conhecimento do homem é discursivo [dedutivo racional]. Há limitações no conhecimento do homem não só por causa do pecado, mas também porque ele é criatura. Até mesmo o Adão sem pecado, antes da Queda, jamais poderia ter conhecimento exaustivo. Essa limitação não será removida nem mesmo no estado final, sem pecado.

Não obstante, Dr. Clark ensinava que qualquer conhecimento que o homem tem deve ser uma verdade que Deus sabe e, necessariamente, um conhecimento igual ao conhecimento de Deus. Clark rejeitava a visão tomista e vantilianiana da predicação analógica. De acordo com Tomás de Aquino e Cornelius Van Til, todo conhecimento que o homem tem de Deus e de sua criação é análogo. Não há um ponto único de coincidência entre o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem. Clark não negava que há uma diferença quantitativa entre o que Deus sabe e o que o homem sabe. Há uma vasta diferença no grau de conhecimento. Ele também não negava que há uma diferença na natureza metafísica da mente de Deus e do homem.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, Clark afirmava que, muito embora o conhecimento humano de Deus é limitado, *i.e.*, um conhecimento finito, ao passo que o conhecimento de Deus é infinito, não há nenhuma diferença no conhecimento em si. Há um ponto de contato entre o que Deus sabe e o que o homem sabe; há um ponto unívoco onde o conhecimento de Deus encontra o conhecimento do homem. Se a mente

<sup>13</sup> Alguém poderia se perguntar por que Dr. Bahnsen não questiona o uso de outras palavras que representam Cristo em *João* 1, como “luz” e “verdade”.

<sup>14</sup> John M. Frame, “Van Til: A Reassessment”, *An Essay*. Este material foi enviado ao presente escritor pelo Dr. Kenneth Talbot via e-mail.

do homem e a mente de Deus não tivessem algum conteúdo unívoco, não saberíamos nada. Se Deus tem toda a verdade, não podemos conhecer qualquer verdade senão a conhecida por Deus. A diferença entre o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem, então, é de grau. Sendo onisciente, Deus sabe mais e saberá sempre mais que qualquer criatura. No entanto, se tudo o que temos é uma analogia da verdade, como na perspectiva de Van Til, não temos a verdade. Uma mera analogia da verdade, sem um ponto unívoco de entendimento, não é “a verdade”. Drs. Van Til e Bahnsen estão errados neste ponto.

A terceira crítica-chave lida com “A Resposta de Clark aos Ataques da Ciência” (188-192). Nesta seção o autor se mostra crítico ao Dr. Clark não tanto por sua filosofia da ciência, mas por ele não pressionar o cientista incrédulo a ver “que os tipos de fé que a ciência ainda usa... devem ser cingidos com fé cristã”. O que se faz necessário é uma “crítica transcendente, dogmática... que inste o cientista ao arrependimento” por negar o Deus do cristianismo como uma necessidade para seu empreendimento (191). Talvez Dr. Clark pudesse ter focado mais suas preocupações nesse sentido; mas, de fato, ele usava sua filosofia da ciência como ferramenta apologética mesmo no meio em que ministrava.<sup>15</sup> No entanto, como mencionado acima, ele se sentia mais confortável com uma abordagem “Vinde, pois, e arrazoemos” do que com a “crítica transcendente, dogmática... que inste ao arrependimento” do opositor, praticada por Dr. Bahnsen. Como exemplo, em *The Philosophy of Science and Belief in God* [Filosofia da Ciência e a Crença em Deus] Clark mostra que, embora a ciência seja uma ferramenta útil por meio da qual a humanidade pode viver confortavelmente neste mundo, ela jamais pode nos dar a verdade. A disciplina da ciência é um empreendimento continuamente mutável, e o que muda jamais pode ser verdadeiro. Portanto a disciplina da ciência, por mais que seja valiosa, não deve ser vista como um meio pelo qual chegamos ao conhecimento da “verdade”. A Bíblia somente é a Palavra de Deus e tem um monopólio sobre a verdade.

A quarta e última crítica-chave é “O Ceticismo Implícito de Clark” (192-196). Dr. Bahnsen afirma que a visão de epistemologia do Dr. Clark sustenta que “não há conhecimento a ser obtido exceto na revelação de Deus e nas deduções a partir dela” (192). Bahnsen está certo. Mas ele segue adiante e afirma que, como Clark precisa usar ferramentas exegéticas como livros, arqueologia, estudos culturais *etc.* (todas envolvendo de alguma forma metodologias empíricas) para adquirir conhecimento da Palavra de Deus, ele refuta assim suas próprias conclusões. O resultado é ceticismo.

Aqui novamente o autor não entendeu a alegação do Dr. Clark. Clark não negava que Deus pode usar os sentidos como um “meio” para as pessoas obterem conhecimento da

Palavra de Deus. O que ele negava é que os sentidos, por si só, são capazes de nos fornecer conhecimento. Dr. Clark ensinava, com razão, que todo conhecimento deve vir através de proposições (que são ou verdadeiras ou falsas) e que como os sentidos, interagindo com a criação, não produzem proposições, o conhecimento não pode ser transmitido por sensação. Ou seja, os sentidos são funcionais para o homem em seu uso físico, mas não oferecem nenhum modo ou caminho epistemológico para a aquisição de conhecimento. O conhecimento deve sempre ser proposicional. Quando interage com a criação de Deus, que demonstra a glória, poder e sabedoria dele, o homem, como portador da imagem de Deus, é em certo sentido obrigado a “pensar Deus”. Em si mesma, a criação visível não medeia “conhecimento” para o homem, pois o universo visível não apresenta ou expõe nenhuma proposição. Antes, estimula à intuição (ou recordação) intelectual a mente do homem, que, como ser racional, já possui informação proposicional *a priori* sobre Deus e sua criação. Esta informação *a priori* encontra-se imediatamente impressa na consciência do homem. O conhecimento que o homem tem, portanto, de Deus e sua criação não é derivado nem por meios empíricos nem por meios racionalistas. Nem é, em qualquer sentido, um conhecimento mediado. Antes, de acordo com Dr. Clark, todo conhecimento é imediato, revelacional e proposicional. É o “mestre interior”, Jesus Cristo, o *Logos* divino, que ensina o homem, e não os sentidos na interação da pessoa com a criação.

Isso é verdade mesmo em relação às páginas impressas da Bíblia. Toda fala ou comunicação é uma questão de palavras, e palavras (mesmo as encontradas na Escritura Sagrada) são sinais, em que significam alguma coisa. Quando os sinais são usados, o receptor, a fim de entendê-las, já deve inatamente saber o que significam. À parte deste conhecimento inato, ensinava Dr. Clark, os sinais não teriam qualquer sentido. Clark afirmava que a Palavra de Deus não é tinta preta sobre papel branco. A Palavra de Deus é eterna, mas as páginas impressas da Bíblia não. As letras ou palavras sobre as páginas impressas são sinais ou símbolos que significam a verdade eterna presente na mente de Deus, comunicada por ele direta e imediatamente às mentes dos homens de forma proposicional.

Nesta seção Dr. Bahnsen também comenta que, como na visão clarkiana nenhum conhecimento pode ser obtido fora das Escrituras, não somos capazes de extrair considerações éticas como “Não furtarás”. A razão disso, supostamente, é que a Bíblia não diz especificamente ao Dr. Clark que ele possui uma parte específica de um imóvel, que poderia ser roubada (196). A crítica aqui do autor ao Dr. Clark, no entanto, é facilmente resolvida pelo reconhecimento de que Clark acreditava na visão adotada pela *Confissão de Fé de Westminster* (1:6), segundo a qual não só as declarações proposicionais explícitas da Bíblia são verdadeiras, mas também tudo o que pode ser implicitamente deduzido dessas

<sup>15</sup> Veja a nota acima sobre o *sitz im leben* em que Dr. Clark ministrava e desenvolvia seu trabalho apologético.



declarações explícitas: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela”. Portanto, embora a Bíblia não nos diga explicitamente que Gordon Clark possui uma parte específica de um imóvel, ela explicitamente nos fala do direito de propriedade. Portanto, a partir dessa declaração explícita, podemos deduzir que Dr. Clark também é capaz de ter propriedade. O problema é resolvido através dessa dedução, e é mais uma demonstração da importância do uso da lógica na cosmologia cristã.

Dr. Clark também argumentaria (com razão) que em ética, o empirismo na melhor das hipóteses pode dizer o que alguma coisa é; jamais pode dizer o que alguma coisa deve ser. Os cientistas, por exemplo, podem inventar raios laser, mas a ciência não pode nos dizer como ou se devem ser usados. A ciência também nos deu a bomba atômica, mas não é capaz de nos dizer qual é seu uso adequado. “Dever” jamais pode ser deduzido de “ser”. Ademais, de que modo argumentos a partir de observações empíricas podem nos dar princípios morais? Como se pode mostrar empiricamente que incesto é pecado, conforme *Levítico 18*? O que é necessário para os princípios morais é divinamente revelado como proibição ou ordem.

Finalmente chegamos à “Conclusão” (196), onde Dr. Bahnsen escreve:

Gordon Clark desenvolveu bons argumentos de análise pressuposicional aqui e ali em seus escritos, mas vimos que, como um todo, seu sistema não é genuinamente pressuposicional e suas pressuposições não são bíblicas. Além do mais, percebemos que inúmeras dificuldades incidem em seu método apologético e que ele é ineficaz em muitos aspectos. O racionalismo de Clark é basicamente incompatível com o pressuposicionalismo e a teologia reformada, e sua apologética racionalista não é um desafio adequado ao pensamento não regenerado (196).

Esta revisão mostrou que o que Dr. Bahnsen alega em seu parágrafo final simplesmente não procede. Embora o autor desse livro negue, Gordon Clark é o verdadeiro apologista pressuposicionalista, que abraçou o dito agostiniano: “Creio para poder entender” (153).

---

*Traduzido por Marcelo Herberts*